
Política



1 9 2 9

Ano I

N.º 9

ADMINISTRADOR — *Valentino de Sá* (P. M. U. L.)

EDITOR — *Armando Lopes* (P. S. U. L.)

PROPIEDAD — SOCIEDADE NACIONAL EDITORA, L^{DA} (Em organização)

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua do Sol a Santa Catarina, 40-A, 1.º

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Tipografia Inglesa, L.^{da} — Rua Eugénio dos Santos, 118 — LISBOA

SUMARIO

coisas de Espanha	<i>Mario CARDIA</i>
Descentralização	<i>Niranda da ROCHA</i>
Integralismo republicano	<i>F. da CUNHA LEÃO</i>
o Parlamentarismo	<i>A. M. do Amaral PYRRAIT</i>
da missão da Europa	<i>Dutra FARIA</i>
de Letras	<i>A. de M. D.</i>
Arte	<i>D. F.</i>

ASSINATURAS

(Cada serie de 10 numeros)

Continente e Ilhas	10\$00
Provincias Ultramarinas	15\$00
Estrangeiro	20\$00
Numero avulso 1\$50	

Este numero foi visado pela Comissão de Censura

Política

REVISTA QUINZENAL

ÓRGÃO DA JUNTA ESCOLAR DE LISBOA DO INTEGRALISMO LUSITANO

Instituto principal — António do Amaral Pyrratú (F. D. U. L.)

Lisboa, 8 de Dezembro de 1929

COISAS DE ESPANHA

QUANDO, há pouco, passava nos arredores de Valencia, dizia-me um espanhol de provincia de Alicante:

— Vê esta estrada cheia de covas? Pois, antes do golpe de Primo de Rivera, as melhores estradas deste país eram assim!

Na verdade, aqueles que têm andado, nestes ultimos anos, pela Espanha, não podem deixar de reconhecer esta verdade: a Ditadura espanhola tem prestado, ao país vizinho, serviços assinalados. A rede de estradas é hoje magnífica; os caminhos de ferro melhoraram consideravelmente os seus serviços; a ordem publica está perfeitamente assegurada; as finanças do Estado e dos municipios entraram num caminho de pleno desfogo; o exercito, a marinha e a aviação valorizaram-se notavelmente; e, a tudo isto, temos de juntar ainda o exito completo da politica de Marrocos, onde, a par da realização de notaveis obras de fomento, a Ditadura conseguiu trazer a anciadissima pacificação, que provocou já este milagre: o exercito espanhol do norte de Africa foi reduzido a menos de metade dos efectivos que a Espanha, com espantosos sacrificios, se via obrigada a manter lá. Eis uma obra notavel que, só por si, justifica absolutamente a Ditadura. E, no entanto, se ouvirmos a opinião dos espanhóis, encontramos, talvez na sua grande maioria, um espirito vivo de hostilidade contra a actual situação politica. Ninguem ousa negar que o golpe militar dirigido pelo general Primo de Rivera deixasse de ter uma oportunidade flagrante e que a obra administrativa dos seus governos não tenha sido util ao país vizinho. Esses espanhóis oposicionistas lembram-me certos homens mal casados, que reconhecem as piores qualidades ás respectivas mulheres, mas que continuam a gostar tanto delas que lhes toleram as infidelidades, os despechos ou os hábitos perdulários. O espanhol ainda mantem o amor a certas palavras que entusiasticamente os nossos pais e os nossos avós. Democracia, Liberdade, Igualdade — sempre com letras maiusculas — e outros vocábulois mais ou menos destituídos de sentido preciso

andam na boca de castelhanos, de galegos, de catalães, de andaluzes, com uma inistencia tal que me fazem sorrir. Como o homem que ama a mulher indigna, o espanhol de média cultura, da mesma forma que o chamado intelectual, também reconhece os malefícios do antigo regimen; mas continua a anciar pelo parlamento, pelos partidos políticos e por essas sedutoras eleiçõesinhas que, cá como lá, como aliaz por toda a parte, se faziam, ora a tiro ora a troco de promessas comprometedoras dos interesses das comunidades. A ditadura espanhola não teve, como a italiana ou a portugueza, uma preparação intelectual. Daí a sua instabilidade; daí o facto de vermos agora a grande maioria dos médicos, dos homens de letras, dos engenheiros, dos advogados desejarem o velho regimen, sem que uma corrente reaccionária, liberta de espirito liberalista, preconise outros horizontes à politica nacional. O certo é que a indiferença, mais ou menos acentuada, pela politica, vai abrangendo a maioie parte dos espanhois, paralelamente ao que se passa no resto da Europa, exceptuando talvez a Italia. E compreende-se. Os republicanos, se são muitos neste país, valem pouco politicamente, porque não estão organizados e o descrédito envolve quasi todos os seus chefes; por outro lado, os partidos monarchicos, mantendo uma vida apagada, estão em plena decomposição. E esse scepticismo tem-se espalhado de tal forma, por toda a Espanha, que já domina mesmo na ultra-democrática Catalunha, onde encontrei consideravelmente diminuida a hostilidade, ainda ha alguns anos bem patente, contra a Ditadura. Quando, há cinco anos e meio, estive em Barcelona, era geral a antipatia por Primo de Rivera, pela Monarquia e até mesmo por tudo que significasse castelhanismo. Lembre-me de ter falado, nessa altura, com um catalão, que, ao pretender eu entabolar conversa em espanhol, me disse:—Fala V. francès? Pois prefiro falar nessa lingua! Hoje, o chefe do governo espanhol e o Rei Afonso XIII podem visitar a capital catalã com a certeza de que, longe de encontrarem má vontade em qualquer sector da população, são antes recebidos, por muitos catalães, com simpatia, e, até, com entusiasmo. Barcelona orgulha-se, e com justiça, da sua magnifica exposição internacional e pensa que essa admiravel manifestação de actividade espanhola — lá dirão antes: catalã — não poderia atingir a grandiosidade a que chegou se não fossem a audacia, a energia, todas as qualidades, enfim, que Primo de Rivera e os seus colaboradores tem manifestado no governo de Espanha.

E' pena que este barco magnifico, orgulhoso e opulento, que é a Espanha de hoje, possa vir, em qualquer dia, a meter água, vitima das ideias suculdas que ainda dominam os espiritos deste país. Digo isto porque não escondo a minha simpatia pela Espanha, onde sempre venho com alvoroçada alegria. Aqui estou, por isso, mais uma vez, visitando algumas das suas principais cidades, com o mesmo entusiasmo com que sempre atravesso os Pirineus. Sevilla e Barcelona são hoje o objectivo primacial dos turistas que por aqui andam. Mas não me limito agora a passar alguns dias nestas duas cidades das exposições. Quiz rever Madrid, onde até a minha profissão de médico encontra sempre motivos de justo interesse. E venho agora, pela primeira vez, a Valencia, que é, na verdade, uma bela e rica cidade. Por cá tenho andado a

visitar o seu porto, os seus jardins, as igrejas e as clinicas, não esquecendo, é claro, o excelente hospital marítimo. Por excepção, o tempo sobrou-me. Lembrei-me da «Politica» e dos seus incomparáveis animadores. Escrevo, pois, para esta revista, à qual voto a maior simpatia. E aí está porque, numa meza de café, enquanto não chega o comboio que me ha-de levar de novo a Sevilla, eu rabisco estes nove linguados sobre coisas de Espanha.

Valencia, 15 de out. de 1929.

Mario CARDIA

Integralismo Lusitano

JUNTA ESCOLAR DE LISBOA

NOTA OFICIOSA

Tendo concluído as suas formaturas os nossos queridos camaradas Drs. Antonio e Ermanno de Mendonça-Dias e Dr. Miguel Pialho Barreto deixam por esse facto respectivamente os cargos de Director, Administrador e Editor da revista "Politica" funções que desempenharam com muito esforço e lealdade.

A todos os nossos amigos se comunica, que o nosso camarada Antonio do Amaral Pyrrait passa para Redactor principal da "Politica" deixando por esse facto o cargo de secretario da Redacção da referida revista, e que para os lugares de Administrador e Editor nomeamos respectivamente os camaradas Valentino de Sá (P. M.) e Armando Alves Lopes (P. S.).

Aproveitamos a oportunidade para comunicar a todos os estudantes integralistas de Lisboa que por instruções superiores, esta Junta lhes proíbe terminantemente a adesão a quaisquer formações de caracter politico extranhas ao Integralismo Lusitano e não autorizadas pela Junta Central.

A Junta Escolar de Lisboa

Descentralisação

V há dias no jornal que se pensa em Portugal numa reorganização administrativa, por parte dos governantes.

Boa é que tal se faça.

Urgentíssima é tal reorganização.

— E' já tempo de quebrar a esfera de compressão administrativa que esmaga o país, e que, se não fôsse a intervenção, nos últimos anos, de um governo forte, que deu, ou melhor, permitiu às comissões administrativas mais amplos poderes, ameaçava paralisar quasi a vida das terras pequenas que precisavam do auxilio dos poderes constituídos para se desenvolverem. Até há poucos anos os poderes e interesse da Nação estavam concentrados no barracão parlamentar em que se exibiam as mais grotescas representações, em que os interesses nacionais eram postergados numa balbúrdia anárquica e vergonhosa. Era o despotismo feroz duma assembleia dominada por mesquinhos interesses pessoais e de caciquismo. A Nação esquecida ia vegetando debilmente. O trabalho sagrado dos portugueses era absorvido, em impostos, pela sanguessuga democrática que os applicava em tudo menos em coisas de interesse nacional, e não ser às vezes numa ocasião em que, as suas candidaturas periclitavam nas futuras eleições, porque então lá arranjavam alguns cobres para os círculos eleitorais, e que ainda muitas vezes não passavam da promessa.

Os organismos que estavam naturalmente indicados para tomarem parte activa no progresso económico, financeiro e moral do país estavam aniquilados, primeiro, porque eram agências de caciquismo eleitoral, depois, porque não tinham dinheiro, porque tudo era pouco para o monstro político da capital e seus afilhados.

E assim por estas duas razões as Juntas de Paroquia e as Câmaras Municipais nada faziam geralmente. A primeira razão afastava destas organizações os homens bons, que deviam ter a seu cargo a defesa e o zelo dos interesses das suas terras, porque em regra não se sujeitavam a desempenhar papeis jogralescos para poderem competir com os caciques eleicoeiros. A segunda razão — falta de recursos — coartava toda a acção às Juntas e às Câmaras.

Quais as consequências que derivaram deste estado de coisas? Para dar uma idea vou transcrever alguns períodos duma representação feita ao Presidente do Ministério pela Junta da freguezia de Vila Verde de Felgoeirias. Dizem-lhes o seguinte:

— As freguezias rurais pagam integralmente as suas contribuições ao Estado e às Câmaras Municipais, mas, do sacrificio que estão realizando não logram vêr benefícios práticos...

— Os caminhos das nossas aldeias encontram-se transformados em lamieiros no inverno e em ravinas de pedregulho no verão...

«As Juntas de paróquia... encontram-se hoje limitadas a uma actividade puramente passiva. Preenchem atestados de pobreza e residência e informam as estações officiaes, quando assim lhes seja ordenado. Nos factos de ordem local, a experiencia diz que a acção das referidas entidades é puramente negativa.

— Baldios paroquiais quem os zela?

— Gatunagem desenfreada quem a reprime?

— Melhoramentos da freguezia quem os promove?

— Actos de vandalismo em obras de arte e monumentos nacionaes quem os impede?

— Criações escrofulosas na miséria e outras abandonadas quem as protege?...

Está descrito com as cores precisas da realidade o descabro em que se encontram a maior parte das nossas aldeias. Foi a este estado de coisas verdadeiramente desprestigiante que nos conduziu a decantada democracia. E ainda isto é uma parcela minima do inventário do que ela deixa. Os politicos eleicoeiros que assaltaram o bôdo parlamentar nem sequer se lembravam que tinham o dever de zelar os interesses das terras que os elegeram, mas fizeram precisamente o contrario: estavam no poder para satisfazer os seus interesses pessoais, para satisfazer os seus ódios politicos e as suas invejas, para salvar as suas fortunas ou arranjar-las, para passar as noites no bródio da capital; para proteger as companhias cujos interesses eram contrários ao interesse nacional... E se no meio d'elles algum apparecia bem intencionado era abafado pelo argumento estúpido mas poderoso do número.

Mas ainda se desculpava a retardamento quasi selvagem das nossa aldeias pelo desprezo a que as votaram os poderes publicos da república se ao menos o país tivesse uma vida desafogada perante os outros países; mas nem isso: estavam sobrecarregadissimos com dividas. E' este o triste epitáfio de um regime politico cujos desmandos o governo da Ditadura se propõe corrigir...

Nenhum organismo está mais apto a conhecer as necessidades locais, paroquiais e municipaes do que as Juntas de paróquia e o Município. E' preciso resituir à vida estes organismos victimas da centralização absorvente da organização republicana. República implica concentração e por isso aniquilamento das organizações locais. Sendo a republica um governo de eleição tem necessidade para se conservar de ter em seu poder o maior número de cargos, de instituições e consequentemente de fiéis, de afilhados para nas eleições poder contar sempre com a victoria. Se ela descentralizasse perderia o predominio. A centralização aumenta-lhe a horda do funcionalismo burocrático — *escolhido entre os da câr* — que não só por si como também com aquêles a quem faz favôres — *à custa do Estado geralmente* — assegura a continuação da falange governante por meio duns papeluchos que vai deitar na urna eleitoral!!

O Integralismo preconiza a descentralização não só por razões de intelligência como por razões práticas. Não só reconhece como combate o absurdo

de os interesses puramente locais serem tratados por uma assemblea — parlamento — que, a admitir-se unicamente deveria ter a seu cargo interesses predominantemente nacionais e de coordenação; como também indica a maneira prática de realizar eficientemente a politica descentralizadora. A descentralização implica um poder central independente, excluindo por consequência todo o poder resultante duma eleição filho do maior ou menor número de afillados. O poder independente não precisa de anexar, de esmagar, de absorver para ter número de votantes que o conserve, porque elle vive independentemente, precisa unicamente de praticar actos nobres, justos e de interesse nacional para se prestigiar e para ser servido de boa vontade. O poder democrático — das monarchias constitucionais e républicas — é essencialmente dependente dos votos, precisando por isso de exercer uma implacável compressão e absorção do máximo de organismos politicos para só collocar o maior número de gente da côr para elle garantirem a victória na hambochata das eleições. Os caciques dão carneiro com batatas ao governo dá cargos publicos. E nesta ordem de ideas é desprezada a competência é os interesses regionais. E é por isso que os corpos administrativos se transformam em agências politiquieras.

Na Monarchia orgânica e anti-parlamentar o poder é independente por que pertence a um Rei que recebe o poder hereditariamente e a sua maior aspiração só pode ser o desenvolvimento nacional que Elle não aniquila porque não lhe convem — pois é o seu florescimento que elle interessa. — Não absorve os organismos do progresso nacional — Paróquias, Municipios, Provincias — porque não precisa: é independente.

Républica — Centralização.

Monarchia Integral = Descentralização.

Côimbra.

Miranda da ROCHA

NO PRÓXIMO NUMERO:

Plas Manique e o seu tempo, pelo *Dr. Luis Chaves*.

"Non Prevalebunt" (Conclusão) — As ARESTAS LIMADAS — por *Ruy d'Almeida*.

Sob o signo de Fradique, por *Engénio Moreno*.

Do Passado no Presente, por *Francisco da Cunha Leão*.

Da familia, por *António do Amaral Pyrrait*.

Integralismo republicano

E caso notado na vida das ideias religiosas e políticas o de aderentes de doutrinas diversas e por vezes antagónicas, feridos quer pela novidade delas, quer pelo seu valor teórico e prático ou ainda pelo brilho como são defendidas, tratarem de harmonizar as doutrinas donde veem e os preconceitos anteriores com as ideias que assim os fazem e atraem.

Deu-se este caso com o Cristianismo logo que se começou a expandir, mercê da fé viva dos apóstolos, por núcleos importantes nas terras vizinhas do Mediterraneo oriental.

Homens vindos de desvairadas religiões e filosofias reconhecendo a pureza dos princípios de Cristo o valor prático da sua moral tentaram orgulhosamente conciliar essas religiões e essas filosofias e os seus preconceitos, com a doutrina cristã, incapazes de abranjer a unidade harmoniosa do seu todo.

Foram estes os gnósticos contra quem a integridade dos princípios foi defendida com energia e tenacidade admiráveis numa luta notável que vai de S. Paulo, a Tertuliano e a Santo Agostinho e daí por diante pelos séculos fora adentro das sólidas e necessárias muralhas da Autoridade.

Tambem no Integralismo há gnósticos. Digamos antes, com mais precisão que em torno do Integralismo não faltam gnósticos.

Certo como é que a nossa doutrina causou modificações notáveis na mentalidade portuguesa não podia deixar de havê-los, mormente se considerarmos o ambiente por nós herdado do Liberalismo — prodígio de efeitos desorientadores, por cem anos de Inteligência imolados ao Número.

Com efeito as vazias legendas democráticas, de há vinte anos para cá, tem perdido muito do seu antigo poder magnético e, perante o fulgor esmaecente das suas letras, já muitos sorriem descrentes como se se tratasse de milagrosos elixires apregoados com toques de campanha nos largos e nas feiras.

E entre esses gnósticos que volteiam em torno do verdadeiro nacionalismo, com palestivos de restauração nacional, sem coerencia doutriniária nem chefe, desorganizados como as suas ideias, sobressaem aqueles que sofrendo ainda da influencia do condão moribundo da palavra Republica pretendem conciliá-la com o nosso sistema cooperativo e descentralizador.

Supremamente ilógicos as premissas integralistas tiram a mesma conclusão a que levam as premissas democraticas.

Os democraticos são lógicos em serem republicanos. Admitindo os dados de Rousseau fatalmente o tem de ser. Agora *integralista republicano* nada quer dizer de decentemete lógico. É preconizar um sistema politico hibrido com corpo integralista e cabeça, democrática.

É inutilizar a organização natural da sociedade por nós preconizada submetendo-a à autoridade do Número por todos os contra-revolucionários combatida como base do erro de 1789 por uma autoridade instável, descontínua, sujeita às oscilações da Opinião e às rivalidades económicas.

Se somos pelo cooperativismo é porque preferimos a organização das actividades reais à das correntes demagógicas.

Por isso lhe negamos funções legislativas e preconizamos para seu complemento, como fecho essencial um poder coordenador forte, independente e contínuo para que à luta dos partidos se não venha a succeder amanhã a luta das classes.

Se estas legislassem e elegessem o chefe supremo teríamos de novo as Leis e o Poder coordenador ao sabor da Multidão e da Finança e portanto um reflexo de rivalidades e gládios desnecessários entre ambições económicas.

E, note-se bem que a representação regional e profissional, compondo a realidade da Nação do Presente, raramente tem em vista os problemas globais do futuro.

É imprescindível um poder independente das forças cegas do Momento, olhando de alto para elas, não dependendo dos seus movimentos impulsivos e passageiros mas observando-os com imparcialidade para os poder coordenar, conjugar na mesma finalidade comum — para garantia dos organismos fracos — não escravizado pelo Presente ou por forças demagógicas ou económicas — livre para prever o futuro e para assegurar a continuidade, a ordem e o bem geral.

Este poder essencial, sem o qual Municipalismo e Sindicalismo seriam factores de dissociações temíveis, é constituído pelos conselhos técnicos e principalmente pelo Rei.

Sei Rei não há Integralismo. É tirar o fecho de abóboda do nosso sistema politico, privá-lo do seu elemento principal e imprescindível.

Porque duas especies de ordens sociais são representadas pelas palavras Integralismo e Democracia.

Integralismo — ordem natural, orgânica portanto. Profissão; Família; Hereditariedade; continuidade: Monarquia.

Democracia — ordem atómica, por isso não natural. Individuo; Opinião; discontinuidade: República.

Há uma inter-relação entre os elementos das duas series apontadas, que muitos pessoas não veem ou não querem ver.

Sejamos nacionalistas integros, coerentes em todas as nossas ideias, francos e decididos nas conclusões, conscientes do que queremos, e disciplinados na luta.

Só deste modo seremos fortes e vencedores na conquista do Futuro.

E deixemos que as caravanas dos ecléticos, sem Doutrina, sem Chefe, se dispersem, se percam, se casnem pelos deicaminhos do deserto que ingloriosamente pisam.

Francisco da CUNHA LEÃO

o Parlamentarismo

O Parlamentarismo pertence á história.

Um século de experiência bastou para desiludir aqueles que mais convencidos estavam do seu éxito.

Anárquico, fomentador de discórdias, esbanjador e intolérante, o governo parlamentar é a ruína das nações em que se estabelece: na Itália, na Espanha, na Polónia, na Sérvia e em Portugal, foram sempre as mesmas razões que justificaram o aparecimento das ditaduras, governos de força e de vontade, únicos capazes de domarem a desordem crescente.

Se dá bom resultado em Inglaterra é porque está no paiz da sua origem, relacionado com a índole do povo, e além disso porque o parlamentarismo inglês é muito diferente do parlamentarismo continental (1).

Fundado na utopia da Declaração dos Direitos que define a lei como a expressão da vontade geral o regime político do século passado havia de ser por força desastroso em consequências.

A Lei não é a expressão da vontade geral, porque os povos contra o que diz conhecido axioma tantas vezes citado, não tem o direito de se governarem por si mesmos.

Obra do tempo, para o tempo, formada no decurso de séculos pelo succeder das gerações, a nação constitui uma propriedade colectiva de todas elas.

Os que vivem portanto não são proprietários, mas apenas usufrutuários do bem nacional; recebem-no do passado para o transmitir ao futuro, não podendo administrá-lo legitimamente sem terem em consideração a memória dos mortos e o interesse dos que hão-de viver.

Todo o governo que o não faça, não é legítimo, e o parlamentarismo não o faz, porque firmado no voto é o governo exclusivo do presente, em que o passado não tem representação, nem o futuro garantia.

Legítimo portanto, o governo que deriva do sufrágio não pôde de forma alguma justificar-se em teoria, pois envolve tão grande ignorância da realidade social, que os resultados que o condenam na practica, não fazem mais do que provar tudo o que em lógico raciocínio se podia prever.

A eleição — diz Balzac — conduz ao governo das multidões o único que

(1) Sidney Lowe no seu interessante ensaio «The nineteenth century and afterwards sobre o aumento do poder real em Inglaterra publicado na Action française de 10 de Maio de 1900.

Frédéric Amisoretti no comentário ao célebre discurso de Lord Haldane, ministro da guerra dum governo liberal na sessão de abertura do parlamento inglês em 1900.

POLITICA

não é responsável e o único cuja tirania não tem limites porque se baptiza com o nome de lei. (1)

Os defensores do voto individual exageram de continuo a sugestão do governo na monarquia ao acaso do nascimento de um príncipe, mas é porque se esquecem certamente desse outro acaso mil vezes pior a que se confia o poder adentro das democracias.

A hereditariedade que assenta no principio scientifico da selecção, pôde é certo fazer rei, um príncipe tarado ou demente, mas esse infeliz successo, fácil de remediar, é sempre rara excepção numa história de séculos, enquanto uma eleição justa no regime do voto representa uma excepção muito maior.

A desigual cultura dos individuos, a fatal divergencia de opiniões sobre os grandes problemas nacionais, a errada comprehensão dos deveres cívicos e finalmente os diferentissimos motivos que podem influenciar um voto, são cousas que todas conjugadas nos fôrçam a admitir a quasi impossibilidade de uma boa eleição.

A cultura, a probidade cívica e a comprehensão das necessidades nacionais são posse de uma insignificante minoria, em face da imensa multidão dos que desconhecendo o bem geral, só sabem obedecer a razões de interesse próprio, a conveniencias vergonhosas ou pior ainda a ódios sociais.

O poder na democracia não reconhece a intelligencia, a honestidade, o valor pessoal, não procura o bem da nação nem a felicidade dos individuos, só se curva perante o número e pertença exclusiva das maiorias ignorantes e brutais.

Tarde ou cedo — profetizava Henry Lasserre — o sufrágio universal pela sistemática exclusão das minorias cultas, colocará no poder aquelles que mais careciam de ser governados, sofrendo então a sociedade de todas as irremediáveis consequencias de tal paradoxo: os inimigos da ordem no comando da força pública, os ladrões á testa da policia, a Justiça a cargo dos bandidos e a instrução confiada a analfabetos. (2)

Fiel ao raciocínio absurdo de que o bem estar nacional e a liberdade dos individuos resultam do encontro dos diversas correntes de opinião, fazendo ver nos seus deputados simples representantes das facções partidárias, o governo parlamentar leva, ao mais completo esquecimento dos interesses da nação, á guerra civil, e á inevitável opressão das minorias.

A justificação de todos os actos do governo, exigida pelos doutrinários do parlamentarismo, longe de ser uma garantia da boa administração, significa a ruína da autoridade e a morte da iniciativa.

Explicar em politica é tarefa impossível, porque cada um só admite o que lhe convem, em eterno desprezo da verdade e da justiça.

Da mesma forma os discursos por mais brilhantes e arrazoados que sejam, nenhuma utilidade representam para a nação: dizia um grande parla-

(1) Balzac na Comédie Humaine.

(2) H. Lasserre no livro «De la réforme et de l'organisation du suffrage universel».

mentar do século passado que tinha ouvido muitos discursos que os entusiasmassem, bastantes que o convencessem, porem nenhum que lhe fizesse mudar o voto.

E' que no parlamentarismo os interesses da nação só veem, quando veem (?) depois dos interesses do partido.

A continuidade do poder, porventura o factor mais importante da segurança e do progresso da nação é completamente desconhecida do regime parlamentar.

Os ministérios succedem-se continuamente uns aos outros, formam-se e caem pelos mais insignificantes motivos da politica partidária, enquanto a nação definha á míngua de governo, vítima das inovações perigosas de mil sistemas esboçados.

Cada ministro sabendo que o será durante pouco tempo e que outros lhe succederão, não faz mais em regra do que repetir aquellas palavras que a calúnia pôz na boca de um Rei e que foram o escândalo dos virtuosos liberais.

«Après moi le déluge» não seria de resto a diviza adequada aos autores, da lista imensa, de contractos ruinosos, de empréstimos escusados e de leis prejudiciais, que constitue entre nós a obra da democracia?!

Uma vez safo do rodopio dos ministérios, o parlamentarismo fraco, morre inivítavelmente ás mãos de um homem voluntarioso que o subjuge, sacrificando a nação á arbitrariedade de um despotismo injusto.

As tristes consequências do parlamentarismo democrático mostram bem que não é elle a fórmula da vida das sociedades: ilegítimo em principio, absurdo em raciocínio, fatal na practica a sua memória deve ser odiada a todos os que verdadeiramente desejam o bem da nação.

Necessário é que desta verdade se convençam todos os que bem intencionados ingenuamente ainda acreditam na mentira do voto e no proveito dos partidarismos mesquinhos.

— Que a lembrança triste dos cem annos decorridos sirva de estímulo aos portuguezes de hoje, para desprezando idealismo falsos, buscarem na nossa História a Verdade Política em que se alicerce o NOVO PORTUGAL.

António M. do Amaral PYRRAIT

da missão da Europa

A hora era de desgraça para a Latimidade. Dos confins da Ásia, das áridas planícies em que nada modifica a monotonia da paisagem jamais desigual, os bárbaros vinham em clamorosas multidões sobre a terra dos ciprestes à beira dos rios serenos — terra invejável, em que sob um céu propício os dias corriam suaves e a vida fácil, alegre e descuidosa. Eram profanados os templos de colunas esbeltas e junto às aras partidas, como num derradeiro sacrificio poças de sangue alastravam, dos sacerdotes mortos à volta das estátuas dos seus deuses. Despovoavam-se as vilas suntuosas onde dantes dominava o prazer em festins prologando-se pela noite adiante, com vinhos raros transbordando das ânforas e das taças para chão de mosaico multicolor, coroas de rosas e formosas mulheres. Nos jardins cerrados que as rodeavam, o grito dos pavões não se ouvira mais. Por cima dos campos, que o silêncio amortilhara e só de longe em longe alguns caminheiros a modo cruzavam, fugindo talvez — num sinal dos tempos aves de rapina pairavam, de azas abertas, cruciadas. Em lugar das searas, prosperamente aservas maninhas vicejavam. E pelas tardes mansas, já não se viam pastores demandando, seguidos dos rebanhos, os rusticos altares de Pan...

Entre os mármorees, que o sol continuava sempre doirando, indiferentemente, quando no poente descia — tenaz, a hera começava serpenteando.

Tudo parecia indicar, com a queda dum grande império, a agonia duma grande civilização. Mas o cristianismo evoluía para o catolicismo romano. O cristão da época em que as perseguições foram ordenadas transformava-se no católico medieval. O homem que timidamente se escondia nas catacumbas naquele que, decorridos poucos séculos, de escudo e lança abalaria a resgatar aos infiéis o tumulto do Senho. Perto da Cidade Eterna, o Papa detem a marcha dos hunos. Atila ajoelha-lhe aos pés, humilha-se, deixa-se vencer. E' então que verdadeiramente uma nova idade se inicia.

A Igreja de São Pedro preside à sedimentação dos bárbaros, á formação das Monarquias que surgem pela Europa fora. Na hierarquia feudal, superioria-se aos próprios Reis. Concilia os que contendem, pune os que reincidem. Protege as corporações das artes e officios contra a tirania dos senhores. Instiga o arroteamento dos terrenos baldios, por intermedio das ordens religiosas. Promove a fundação de povoações, construindo santuários em sitios desabitados, santuários em redor dos quaes imediatamente se juntam familias e se aglomeram edificações. E simultaneamente, vela pelos restos da civilização greco-romana, recolhe com amor os despojos do mundo pagão, selecciona-os, apura-os. Nas bibliotecas dos mosteiros guardam-se os manuscritos antigos. Na paz e no recolhimento dos claustros lêem-se e comentam-se os autores clássicos. Doutores da Igreja são notabilissimos exegetas. São

Tomaz de Aquino interpreta Aristóteles, como Santo Agostinho interpretara Platão. Na história da inteligência, as melhores páginas são escritas.

E' então que verdadeiramente a Europa se torna numa realidade, e uma missão se lhe impõe, a de conservar-se à sombra da Cruz e à sombra também dos pórticos do Capitólio — católica e latina.

Com a Renascença, porém, a Europa renega a sua missão. Com a Renascença, no que esta possui de negativo, de anti-europeu, a impiedade e o orgulho humanista para os letrados, o maquiavelismo para os políticos, para os artistas o culto exclusivo da sensação, isto é, para usar do símbolo de Julien Benda — de Belphegor, o ídolo cartaginês. Com a Renascença, no que esta representa de retorno à decadência da Roma Imperial, decadência cujas causas, ensina Michelet, se devem procurar no Oriente. *Rome fit-elle la decadence? Non, elle en hérita. On oublie trop la dépopulation, le chaos, les bacchanales militaires que l'humanité subissait depuis Alexandre. L'orgie se concentra et expira dans Rome; mais pourquoi l'appeler romaine, quand ce n'est plus qu'une ombre même au milieu de Rome? C'est l'orgie d'Asie, d'Orient.* (1) Em seguida, a Europa volta a renegar a sua missão com a Reforma, de que a Germania se constitue baluarte, a Germania — *dont l'esprit perpétuellement béate entre la mystique antique et la latinité, et qui semble constituée en état de protestation permanente contre l'idée romaine.* (2) E renega a ainda com a Revolução — o individualismo do nomada aplicado à sociedade, a entronização do capitalismo, essencialmente hebraico, em déspota todo poderoso, a inversão de valores, a desordem. A Renascença, a Reforma, a Revolução! Três marcos na rota traçada pela Europa para a submissão à Ásia, que é o mal ao passo que a Europa é o bem, à Ásia, que é a mentira ao passo que a Europa é a verdade. Urge retroceder. Contudo, a Europa não cessa de sentir a atracção da Ásia. Oswald Spengler proclama a falência do Ocidente. Keyserling e Romain Rolland, para outros não citar, arvoram-se em apóstolos do orientalismo. A Rússia e a Germania, pondo de parte a cultura occidental que apenas superficialmente tinham adotado, reasiatizam-se francamente. E como outrora, do fundo da estepe eurasiática sopra hoje um vento de ameaça. Dir-se-ia que na linha do horizonte os hunos vão reaparecer! Urge retroceder, cerrar fileiras. Que a esperança nos não abandone nunca! E' uma cruzada bendita a que vamos empreender. Conosco, estão os nossos maiores. Conosco, está Berdiaeff, prometendo-nos o regresso próximo à Ilíade-Média. (3) Está o passado e está o futuro. Façamos com que as nações latinas se unam, com que nelas se robusteçam os imortais princípios da ordem e da tradição. E nem para isso é necessário executar o que Gaston Riou preconiza. (4)

(1) Michelet, in «Bible de l'humanité», cit. por Henri Massis, in «Défense de l'Occident».

(2) Henri Massis, in «Défense de l'Occident».

(3) Nicolas Berdiaeff, in «Un Nouveau Moyen-Age».

(4) Gaston Riou, in «Europe, ma patrie».

Basta que se siga o que Gregório VII preconizava, que os Reis sejam os representantes dos povos e o Papa seja o representante dos Reis. Basta que cada Monarquia seja um conjunto de pequenas republicas e as Monarquias sejam uma unica republica, a Republica Cristiana. E sobretudo, basta que exista de facto uma mentalidade estruturalmente católica e latina, inacessível a tibiezas, uma mentalidade forte.

Dutra FARIA

Os doze principios da produção

I — Negamos que a organização social possa ter por base o individuo.

II — Negamos a dissociação dos elementos de Produção nacional, isto é, negamos a existência isolada das *classes*, artifício que põe em litigio os componentes necessários dum mesmo todo.

III — Negamos a solidariedade do proletariado universal por cima e contra as fronteiras sagradas da nação.

IV — Condenamos a liberdade de trabalho, a livre concorrência, a liberdade de comércio, por contrários à Produção. Não consideramos direitos sem obrigações.

V — Condenamos a centralização democrata, o monopólio parlamentar e toda a acção de assembleas politicas sobre a gestação e dinâmica da Produção.

VI — Condenamos toda a organização de productores, que não seja puramente e nitidamente profissional.

VII — Afirmamos que a familia é a célula primária da sociedade.

VIII — Afirmamos que a Produção é o conjunto dinâmico das suas três partes essenciais: capital, agentes, operários.

IX — Afirmamos que o *grupo economico* (sindicato, corporação, officio, etc.) é a base da Produção.

V — Proclamamos o Rei chefe da Produção nacional, e a obrigatoriedade de trabalho que neste momento assiste a todos os Portugueses.

XI — Proclamamos a propriedade um direito sagrado, por interesse nacional e por interesse da Produção.

XII — Proclamamos a *Nição eterna*, razão primeira da nossa existência social; a Nação viva e activa através a cor específica da *Provincia*, da *Região* e do *grupo economico*.

Estado Novo

{189}

de Letras

COIMBRA DO MEU TEMPO

Por ARMANDO CANDIDO

Armando Candido é a segunda vez que ascende à publicidade *das letras*, depois de ter apurado a sua pena e os seus moldes de crítico, pelas colunas dos jornais.

No seu primeiro trabalho — *O Padre Jacintho José Moreira* — fazia o autor uma colectanea de alguns trabalhos literários do biografado a que antepôs com bom gosto e bom espirito, cinquenta e seis páginas a formarem propriamente a noticia biographica, desenvolvida com a elegancia no dizer que dum estilo cuidado deriva. E tomando fôlego apparece-nos agora com um trabalho maior — *Coimbra do meu tempo* — muitas criticas a propósito do que, no tempo em que anhou por Coimbra, cursando Direito, tempo que ainda val muito perto, lhe appareceu digno de nota, lhe feriu a attenção.

E louvado seja Deus! *Coimbra do meu tempo* que com este titulo seria ainda ha anos, apenas uma obra de graça onde se referissem partidas dos estudantes coimbrêes, é neste trabalho, uma obra de critica e de critica moderna e actual, onde se lembra aqui e ali, os nossos mestres da contra-revolução e por toda

ela se nota esta nova maneira de sentir e de amar a *Tradição*.

O prefácio é verdadeiramente um bom pedaço de critica contra-revolucionária com recortes de Jacques Maritain e António Sardinha.

Nos capitulos que se seguem, sempre o mesmo bom caminho da tradição, é apontado como o melhor. No capitulo que intitulam *Passo-se, meu Deus ergue um kino sentido á organização do C. A. D. C.* e considera-o com muita verdade «um poderoso elemento no renovo da Patria, pela restauração da sua crença». E a vejo, escreve ainda no mesmo capitulo, no C. A. D. C. um altissimo lampadário da fé.

Focha o interessante trabalho algumas palavras em loevor do que foi o *Penso de Soudade*, que construções de máo gosto macularam aquella nobre plástica que tantas gerações conheceram, agradecerem ao destino que á hebra desta ou daquela deformidade avultassem rebentos sólidos, as casas á antiga portuguesa; e termina com um grito de esperanza, abrindo uma larga passagem para o futuro, escrevendo —: «Crê e espera!...»

A. de M. D.

A R T E

SOUZA PINTO NAS "BELAS ARTES"

SOUZA PINTO é um consagrado. Souza Pinto é um dos muitos que o século XX já encontrou de nome feito, casa posta e bagagens arrumadas. Foi portanto com natural desconfiança que nos resolvemos a visitar a sua exposição. E' que Léon Daudet sabia bem o que dizia, quando cognominou de *cringado* o século passado. Como na política, como nas sciencias, como na litteratura, o século passado marca nas bellas-artes uma crise. Procede-se contrariamente ao que Ruskin preconiza: — *Flow art is the art in that the heart, the mind and the hands of the men go together*. O artista torna-se um mero copista do que os olhos vêem. Nem o coração sente, nem o cérebro comprehende. Nem sensibilidade nem intelligência. A pintura, por exemplo, esquecido o interregno brilhante que foram os tempos de Watteau, volta a subordinar-se de novo a um certo numero de tendencias que a Renascença esboçara. Com o classicismo convencional de David e dos discipulos deste, banaliss-se. Com os pintores naturalistas, pöbeis-se. Nem a nobreza serena do verdadeiro classicismo, nem a espiritualidade dos primitivos, nem o aristocratismo de Watteau...

Souza Pinto, porém, não é completamente um pintor do século passado. E' mesmo em parte uma das excepções, uma excepção como entre outros Pavis de Chavannes. Apenas em parte, note-se. Tem sensibilidade. Tem coisas bellas, incontestavelmente bellas. Nos interiores, é superior. O n.º 12, *A filha do moliceiro*, é admiravel. A uma luz real, de sonho, combina-se harmoniosamente a expressao sonhadora dos olhos da rapariga. Neste quadrinho, ha delicadeza, poesia. No n.º 26, *O espelho*, destacam-se, além do próprio espelho, as fainças de que Souza Pinto soube tirar magnifico partido. São curiosos tambem os interiores n.ºs 35 e 45: *O caso de Ana* e um estudo. No n.º 24 da exposiçao, *O mar em Cascaes*, Souza Pinto dá-nos uma impressao de brancas e marés: revela-se-nos o pintor o que, nascido nos Açores, por Terras do Norte têm vivida. Os n.ºs 11 e 55 — *Reparação do barco* e *A esposa do barco* — são como o anterior imperasões de Cascaes. Ao primeiro, inunda-o uma luz exuberante, sol dum meio-dia de verão na areia da praia e no caiado recente dos muros. Sobee o segundo, pesa um céu baixo, cinzento, ameaçando tempestade. As duas mulheres que esperam, tremendo de frio e módo nos challes negros, dir-se-ia que as hafeja um vento de fatalismo e vaga tragédia. Unicamente nestes dois quadros é que Souza Pinto se mostra português.

Dos três, gostámos do n.º 7, cheio de movimento, graça e cor. A luz, distribuida em três tons pelo corpo da mulher que var a saltar, branco cra, róseo e amorenado, é dum lindo efeito. Gostámos ainda dos estudos n.ºs 91 e 95: uma expressiva cabeça de velho e uma casa na noite.

De resto, bastante academicismo. E sobretudo, pouco patriotismo. Ao que parece, Souza Pinto não está de accordo com as nossas paisagens, nem com a nossa luz. Raramente as pinta. E quando as pinta, nem sempre o faz com verdade. Por vezes, motivos nossos são, realisados com uma luz que não é nossa, que é franceza, breth...

D. F.

PANAIT ISTRATI

PANAIT ISTRATI, o grande escritor romeno, converteu-se á verdade politica. O facto que intencionalmente pouco ou nenhum eco teve na imprensa, merece contudo ser ponderado, pelo muito que significa.

Homem de energia, dotado de uma intelligencia vulgar, Istrati, foi desde os mais verdes anos da sua existencia, um fervoroso adepto do socialismo, que sempre defendeu com valor e entusiasmo não só como homem de letras, mas tambem como soldado nas barricadas revolucionárias.

Em guerra aberta com a Autoridade e com a Ordem, accorrido per um talento de sabio e por uma energia de homem forte, o grande escritor constitua sem dúvida um dos mais sérios inimigos da boa doutrina no Oriente da Europa.

Como Nietzsche, Panait Istrati abria uma excepção á regra geral dos filósofos demolidores: era um convicto.

Se desde muito novo, talvez por educação de familia, o futuro escritor se revela já como extremista-agrário, é certo contudo que mais tarde, quando cultura mais vasta o permitiu, Istrati se confirmou nas suas convicções atravez dos escritos inflamados daqueles que foram a causa primeira da Revolução Russa.

Considerando as inevitáveis desgraças da vida social, Istrati, lia com entusiasmo na literatura revolucionária as continuas invocações ao Direito e á Justiça, e como apesar de intelligente, não conhecia a necessária distincção entre o facto e a idea, mais se radicou ainda, na crença das doutrinas falsas.

E por isso nunca houve ninguem que o convencesse: no calor das polémicas, cheio de boa fé, sempre teve o engenho necessário para, lutando contra a própria verdade, resistir aos argumentos dos inúmeros adversários!

Pois é esse homem extraordinário, verdadeira honra do pensamento humano, que ora acaba de abjurar as convicções politicas que tão bem e durante tanto tempo, defendeu.

Como se teria dado o estranho caso?

Bem simplesmente:

Panait Istrati era um grande admirador do bolchevismo russo, e muitas vezes lá ia gozar o paradisíaco bem estar do mundo socialista.

Fanático como era, tudo lhe parecia bem, desde o massacre de Ekaterinburgo ás execuções da Tcheka e desde o lancinante espectáculo das multidões morrendo á fome, até ás fantásticas consequencias sociais da não-familia.

Forem da última vez que visitou os seus camaradas russos, uma coisa houve que não achou bem e que foi motivo suficiente para romper definitivamente com eles e com o seu modo de pensar.

Istrati tinha um amigo na Russia e esse amigo de nome Koussakov pelo unico motivo de viver feliz, excitando a inveja dos vizinhos foi declarado inimigo do povo e condemnado á morte com toda a familia.

O escritor chorou a morte do amigo e pela primeira vez, possivelmente, raciocinou!

Do raciocínio surgiu a Verdade e Panait Istrati abraça-a — converteu-se. A morte de Koussakov, no inferno vermelha, não constitue uma excepção, é antes um facto banal de continuo repetido.

As conversões é que são poucas por que cada um, triste é confessá-lo, só considera as desgraças que lhe entram em casa, pouco lhe importando a infelicidade dos outros.

Se os homens, não fossem tão egoistas e se compadecessem da sorte de tantas vítimas, de continuo sacrificadas a ideologias mentrosas, certamente as conversões seriam em maior número, e a causa da verdade triunfaria mais cedo.

A. M. de A. P.

ao ritmo da Ampulheta

ELES AÍ ESTÃO!...

No n.º 1 da «Política», denunciávamos certas manobras maçónicas e afirmávamos a propósito das mesmas:

«Vendo a impossibilidade de derrubarem a Ditadura pelas armas... tentário agora vencer-la nas sombras pela infiltração nas esferas oficiais.»

Repetindo hoje o mesmo brado de «Alerta!» apaz-nos transcrevêr do jovem e desenvolto «Diário Popular» a seguinte notícia:

«E' no próximo domingo, 1.º de Dezembro, que, pelas 14 horas, no Centro «Escolar Republicano Dr. António José de Almeida, Travessa da Nazaré, 21, as «Oliarias, se realiza a sessão em homenagem ao seu querido e saudoso patrono.»

*.....
«Presidirá à sessão um dos vultos mais eminentes do nosso meio político, devendo usar da palavra os Srs. Dr. João Dantas, Domingos Pereira, Pedro Martins, — Cunha Leal, — Ramalho-Castro, — general Sá Cardoso, engenheiro Plínio da Silva, major Costa Ferreira, etc....

Estes respeitáveis senhores, e bom lembra-lo, excerptados do Sr. Cunha Leal e o Sr. Major Costa Ferreira ex-ministro da Instrução, são pessoas gravadas dos chamados «partidos constitucionais» que realizaram a celebre «démarche» junto das Legações. O Sr. Cunha Leal, actualmente governador do Banco de Angola, chefe dum também chamado partido constitucional, era sócio daquela celebre Companhia de Cavalinhos que deu espectáculos involuntivos no antigo circo de S. Bento all 4 avenida Presidente Wilson (valgo avenida das Côrtes) nos meses de Abril e Maio de 1906.

O Sr. Major Costa Ferreira é, como já dissemos, illustre ex-Ministro da Ditadura.

Convem disêr que, na altura da tal ida ás Legações, o Sr. actual governador do Banco de Angola não se bou... isso acompanhar os outros respei-

veis cidadãos na «démarche», e que o Sr. Major Costa Ferreira, também nessa altura não achou ainda coisa alguma, provavelmente.

Pois é verdade. Estes illustres cidadãos que sempre mostraram sêr incapazes de se entender uns com os outros, encontram-se agora na mais perfeita harmonia, segundo transparece do «Diário Popular», tendo resolvido reunir-se no tal Centro das Oliarias, para louvar e enaltecer a memoria de alguém, que eles, ou por eles os seus spaniguados, sempre abocanharam em vida, testando até algumas vezes apressar-lhe a morte, certamente no puro intuito de mais breve lhe louvar a memoria.

Pois lá teriam ido todos as Oliarias: os nacionalistas do Sr. Dantas all do Café Chiado, futuro autor da empolgante peça a Sereníssima Casa de Bragança; os bonzos do Sr. Antonio Maria muito bem representados pelo Sr. Domingos Pereira, natural de Braga, autor dos celebres «Suplementos do Diário do Governo das 20.000 nomeações», obra *estupida* e muito procurada pelos bons republicanos; os cambôdos do ex-seminarista Zé Domingos, pelo sr. Plínio Silva da antiga administração do Sul e Sueste; e mais o Sr. Cunha Leal, festejado autor de certos «cambios»... muito apreciados pela nossa «aficção», e ainda o Sr. Sá Cardoso do grupo de independentes agrupados e etc., etc.

Isã... o que é o arrependimento e o que vale a fraternidade!

O «Diário Popular» esqueceu-se certamente de inscrever o nome do cidadão Lino Neto. Se ele faltou é porque com certeza estava doente... e daqui lhe desejamos prontas melhoras. Mas como o diabo às vezes as tece e já chegou a disparar uma tranca, é cautela, no sempre citado «Diário Popular», de 6 do corrente, o Sr. Rosa Falcão illustre (nem no todos) ex-chefe de gabinete do cidadão Manuel Rodrigues ex-Ministro da Ditadura, escreve um longo artigo

do qual com a devida venia transcrevemos o seguinte:

«...O Exército que fez a revolução e que tem sustentado a Ditadura não a considera uma forma definitiva de governo... e de facto seria uma rematada loucura negar-se uma verdade inafanável que é da história de todos os tempos.

.....

«A união dos Republicanos tem portanto que se fazer e há de fazer-se, não com intuítos revolucionários... para no momento oportuno, no regresso á normalidade constitucional... etc.»

Não continuamos a transcrição porque o Sr. Rosa Falcão não dá o resto... que nós alias já sabemos. Agora, aqui ao teu ouvido, caro leitor: com esta Oração toda não te parece que o Sr. Camacho... é que vai presidir á *Scab*?...

£

P. S. — Amigo bem informado diz-me que, da celebre futura peça do Sr. Dantas, o Dantas ali do *Cadê Chádo*, a *Seventesima Casa de Bragança*, já se representam, num dos melhores hotéis de Londres, o comoverte prologu: «*Meu Senhor!*...»

A FANTOCHADA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA

Por iniciativa do Diário de Notícias realizou-se na vetusta sociedade de Geografia uma demonstração pratica de hipnotismo e suggestão. O habil judeu Schwalbach suggestionez admiravelmente os illustres cidadãos que acceitavam, convencendo-os completamente de que estavam em sessão do Parlamento soberano, de impagavel memoria. Presidiu o nosso admiravel Dantas. Discursou o Sr. Cunha Leal. O «*recordman*» Dr. João Camoães crímo que não assistiu por ainda tít a garganta sêca.

Resolveram os conspicuos assistentes *semear* representantes dos estudantes,

nombrar o Reitor da Universidade de Lisboa o Director do I. S. C. e do I. S. T. etc., etc... para uma comição.

Mais um pouco de boa vontade (e talvez lhes não faltasse...) teriam servido o Presidente da Republica e o Governo.

Aquella soberania do Fovo inveterou-se-lhes tanto...

RECORTANDO

«Quantos e quantos dos que hoje lhe bobajam a memoria, e passam á volta do seu leito mortuario, o não apedraçaram, o não vaiaram e lhe não chamaram todos os nomes, e não armaram mãos de sicarios que o vitimassem! Quantos!

Os panegiristas de hoje parecem esquecer que muitas vezes, em Lisboa, no Porto, em Viseu, Antonio José de Almeida escapou por um triz ás balas assassinas despeçadas contra ele por mãos bem republicanas, e com aplauso e incitamentos dos bons republicanos».

— Alfredo Pimenta — sobre a morte de Antonio José de Almeida em «*A Voz*» de 2-11-29 —

ELEIÇÕES ACADEMICAS NA UNIVERSIDADE DE PARIS

Faculdade de Letras (Instituto das esquadras) — Lista da Action française 248 votos, contra 129 da lista Comunista e 127 da lista democratica.

Faculdade de Direito — A lista da Action française obteve maioria absoluta 514 votos contra 207 da coligação das esquadras e 288 da lista independente.

Faculdade de Medicina — Victoria esmagadora da lista da Action française 560 votos contra 164 da lista comunista.

Falta completar o apuramento nas faculdades de Sciencias e Pharmacia onde a lista da A. F. já obteve maioria consideravel.

Estas notas são transcritas do jornal L'Action Française de 8 do corrente, para os estudantes portuguezes lerem e... meditaras».

INTEGRALISMO LUSITANO

Em reunião da Junta Central foi nomeada a Junta Provincial do Douro, que ficou assim Constituída:

JUNTA PROVINCIAL DO DOURO

PRESIDENTE — *D. José Ferrão*, director da revista "Gil Vicente"
SECRETARIO — *Dr. Mário Cardia*, medico
TESOUREIRO — *Dr. José Vas Pinto*, advogado
VOCAIS — *Dr. António Lopes da Fonseca*, advogado
Dr. João Alves do Vale, medico

Em reunião da Junta Provincial do Douro foram nomeados a Junta Municipal e a Junta Escolar do Porto, ficando constituídas do seguinte modo:

JUNTA MUNICIPAL DO PORTO

PRESIDENTE — *Eng.º Augusto de Brito*
SECRETARIO — *David Moreira*
TESOUREIRO — *Alberto Pinto de Mello*
VOCAIS — *Claudio Correia de Oliveira Guimarães*
António Correia d'Oliveira Guimarães

JUNTA ESCOLAR DO PORTO

PRESIDENTE — *António Bret Junior* (F. M. U. P.)
SECRETARIO — *Manuel Barreto* (F. E. M. P.)
TESOUREIRO — *José Amorim da Costa* (I. S. C.)
VOCAIS — *António Baptista* (F. M. U. P.)
Eduardo Navarro (I. S. C.)
António Cactano Moutinho (E. N. P.)
Arnaldo Alegre de Magalhães (L. R. F.)

CABRAL SACADURA

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívicos

PARTOS - SIFILIS
CONSULTAS - Largo José Fontana, 12-2.^o
ÀS 16 HORAS

DR. MÁRIO CARDIA

MÉDICO DOS HOSPITAIS

Doenças das mulheres, Partos, Cirurgias.
Tratamento pelo rádio e electrolyse

AVENIDA DOS ALÉIADOS, 61, 1.^o - PORTO
TELEF. 4867

MIRA DA SILVA

MÉDICO

AV. ALMIRANTE REIS, 57-A, 1.^o
LISBOA

DR. COSTA FELIX

Interno de Cirurgia dos Hospitais Cívicos

CONSULTAS
LISBOA: Rua 15 de Setembro, 33 - Tel. C. 8000
ÀS 14 H.

ORTIGAS: R. Poço das
ÀS 17,30 H.

PIANOS SCHWECHTEN

Os melhores entre os melhores

REPRESENTANTES

OLAVO CRUZ, L.^{DA}

L. Trindade Coelho, G
LISBOA

Não ha CAFÉ como o de

A Paulistana

A VENDA NO

Largo de S. Domingos, 12

na Av. Fontes Pereira de Melo, 52-52 B
(2^o e 3^o andares)

AFONSO LUCAS

ADVOGADO

RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.^o
TELEPHONE C. 642
LISBOA

EXAMES EM OUTUBRO

(Admissão à Universidade)

Prepara na secção de sciencias
o conhecido professor de mathematica
Reis d'Azevedo

R. DA PÉ, 12, 2.^o - TELEPHONE N. 3799

MARTINHO NOBRE DE MELLO

ADVOGADO

RUA DE SANTA JUSTA, 82, 2.^o
Telef. N. 4952
LISBOA

A. NUNES E SILVA

ADVOGADO

TEL. C. 642
RUA ARCO DO BANDEIRA, 70, 2.^o
LISBO

SOUSA TAVARES, L.^{DA}

LIVRARIA CATHOLICA

Casa fundada em 1806

TELEPHONE 1204 T.

220, R. AUGUSTA, 222
LISBOA

Imagens, crucifixos, souvenirs, beneditinos

—
Livros de missa

—
Medalhas, gravuras e molduras

—
Rosários

—
Objectos para brindes

—
Reparações de todo o genero

ENCADERNAÇÕES SIMPLES E DE LUXO

Depositar de Apostol de La Piere

